

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024
com relatório dos auditores independentes.

GAM3
PARKS SPE S.A.



Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanço Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado.....	7
Demonstração do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	10
Demonstração do Valor Adicionado.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	12

ALLIANSSA
AUDITORES ASSOCIADOS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos acionistas e diretores da **GAM3 PARKS SPE S.A.**

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **GAM3 PARKS SPE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GAM3 PARKS SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim-RS, 31 de março de 2026

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O - CVM 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

GAM3 PARKS SPE S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.788	2.966
Contas a receber de clientes	5	1.823	1.276
Estoques		96	-
Tributos a compensar		594	283
Outros ativos		67	66
Total ativo circulante		4.368	4.591
Não circulante			
Depósitos judiciais	6	139	574
Investimentos	7	81	17.029
Imobilizado	8	27.114	10.007
Intangível	8	172	178
Total ativo não circulante		27.506	27.788
Total do ativo		31.874	32.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	9	362	1.130
Obrigações fiscais	10	369	532
Obrigações sociais e trabalhistas		41	24
Outras obrigações	11	1.364	772
Total passivo circulante		2.136	2.458
Não circulante			
Provisões para litígios	16	132	27
Outras obrigações	11	87	87
Total passivo não circulante		219	114
Patrimônio líquido	18		
Capital social		32.936	32.936
Prejuízos acumulados		(3.417)	(3.129)
Total patrimônio líquido		29.519	29.807
Total do passivo e patrimônio líquido		31.874	32.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	14.376	12.593
Custos operacionais	14	(12.734)	(9.356)
Lucro bruto		1.642	3.237
Receita (Despesas) operacionais	14	(2.907)	(3.933)
Despesas administrativas		(3.499)	(2.492)
Despesas com pessoal		(222)	(230)
Outras receitas e despesa		814	(1.211)
Resultado operacional		(1.265)	(696)
Resultado financeiro	15	98	53
Receitas financeiras		266	66
Despesas financeiras		(168)	(13)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(1.167)	(643)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.167)	(643)
Prejuízo por ação		(0,035)	(0,020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.167)	(643)
Ajustes de exercícios anteriores:	879	(2.716)
Ativo intangível	-	(2.633)
Ativo imobilizado	(4)	-
Outros ajustes de exercícios anteriores:	883	(83)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(288)	(3.359)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.104	-	145	85	-	-	18.334
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.342	-	-	-	-	13.342
Integralização do capital social	14.832	(13.342)	-	-	-	-	1.490
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(643)	-	(643)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(2.716)	(2.716)
Absorção de reservas de lucros e outros resultados abrangentes	-	-	(145)	(85)	(2.486)	2.716	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.936	-	-	-	(3.129)	-	29.807
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(1.167)	-	(1.167)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	879	879
Absorção de reservas de lucros e outros resultados abrangentes	-	-	-	-	879	(879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	32.936	-	-	-	(3.417)	-	29.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.167)	(643)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	825	484
Perdas por desastres naturais (enchentes)	-	4.682
Ajuste de exercício anteriores	883	(83)
Provisão para litígios	105	-
(Aumento) Redução em ativos		
Contas a receber de clientes	(547)	(236)
Estoques	(96)	-
Tributos a compensar	(311)	(107)
Depósitos judiciais	435	(119)
Outros ativos	(1)	943
Aumento (Redução) em passivos		
Fornecedores	(768)	(154)
Obrigações fiscais	(163)	14
Obrigações sociais e trabalhistas	17	5
Adiantamentos de clientes	-	(402)
Outras obrigações	593	516
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(195)	4.900
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização do capital social	-	14.832
Aquisição de imobilizado	-	(66)
Aquisição de investimentos	(983)	(17.029)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(983)	(2.263)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.178)	2.637
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	2.966	329
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	1.788	2.966
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1.178)	2.637

GAM3 PARKS SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita		
Receita com serviços prestados e outras receitas	17.259	17.852
	17.259	17.852
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(11.457)	(7.330)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.250)	(10.180)
	(15.707)	(17.510)
Valor adicionado bruto	1.552	342
Retenções		
Depreciação e amortização	(825)	(484)
Valor adicionado líquido produzido	727	(142)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	266	66
Valor adicionado total a distribuir	993	(76)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	206	216
Remuneração direta	167	169
Benefícios	27	35
FGTS	12	12
Impostos, taxas e contribuições	1.757	318
Federais	1.535	112
Estaduais	53	37
Municipais	169	169
Remuneração de capitais de terceiros	197	33
Juros	168	13
Aluguéis	29	20
Remuneração (prejuízo) de capitais próprios	(1.167)	(643)
Prejuízos retidos	(1.167)	(643)
Valor adicionado distribuído	993	(76)

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia **GAM3 PARKS SPE S.A.** ("GAM3 ou " Companhia") está registrada sob o CNPJ 40.141.808/0001-03. A Sociedade tem como objeto, de propósito específico, a implantação e operação de Concessão Pública, com serviços de operação, administração, manutenção, implantação, reforma e melhoramento do TRECHO 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, do Parque Harmonia e de sua Área Anexa, localizados na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, com execução de obras e serviços de engenharia, em conformidade com o disposto no Edital de Concorrência Pública nº14/2020.

Em linha com atividades previstas no contrato de concessão, a Companhia atua na organização de feiras, eventos e outras atividades culturais e de entretenimento no âmbito das áreas concedidas. A GAM3 está desenvolvendo um complexo cultural multifuncional, que contempla a implantação de espaços comerciais, restaurantes, praças e áreas de convivência, espaços esportivos, além de estruturas destinadas à realização de shows, festivais e eventos diversos. Essas atividades têm como objetivo promover a dinamização do espaço urbano, valorizar a cultura local, incentivar o turismo e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. E podem ser desenvolvidas por meio de operações próprias da Companhia ou por meio de parcerias com operadores especializados, que atuam sob a coordenação da GAM3 e em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o uso e ocupação das áreas concedidas.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board - IASB*".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas (Nota 3). A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, quando existam, são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

2.3. Caixa, equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia, obedecendo ao regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("*Impairment*"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *Impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Impostos a recuperar

Estão demonstrados por valores originais e classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal.

2.6. Investimentos

Os investimentos estão sendo realizados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Parque Harmonia) e Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba (área referente aos bares e restaurantes), localizados na região central da cidade de Porto Alegre/RS.

O saldo registrado compreende os custos com materiais, serviços e investimentos aplicados na infraestrutura do Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba, no Parque Harmonia e em sua área anexa. Esses investimentos destinam-se à manutenção, implantação, reforma e melhoria da infraestrutura.

No exercício de 2025, a Companhia transferiu para o Ativo Imobilizado os investimentos concluídos até o encerramento do período. Os novos gastos e investimentos permanecem registrados como investimentos até a sua conclusão.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens de ativo imobilizado estão mensurados pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, bem como de perdas por redução a valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição dos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- (i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

	Taxa anual de depreciação
Máquinas e equipamentos	20%
Estrutura modular	10%
Móveis e utensílios	10%
Infraestruturas	4%

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis com vida útil definidos adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Companhia testa a perda de valor dessas ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível / *IAS 38 Intangible assets*.

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11. Provisões para riscos

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes / IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*.

2.12. Instrumentos financeiros

A Companhia possui ativos e passivos financeiros derivativos e não derivativos. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia. Incluem ativos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os quais incluem, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- Custo amortizado; e
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para que os ativos e passivos financeiros sejam classificados e mensurados pelo custo amortizado, eles precisam gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto.

Enquanto, ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros	3.678	4.308
Custos amortizado	1.890	1.342
Contas a receber de clientes	1.823	1.276
Outros ativos	67	66
Valor justo por meio do resultado	1.788	2.966
Caixa e equivalentes de caixa	1.788	2.966

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros	1.813	1.989
Custo amortizado	1.813	1.989
Fornecedores	362	1.130
Outras obrigações	1.451	859

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/ Fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas.

Outras obrigações – Saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa. Para os outros passivos o valor contábil se aproxima do valor justo.

2.13. Gestão de risco

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e sua exposição.

Risco	Exposição
Risco de mercado - volatilidade da taxa de juros	Equivalentes de caixa, aplicações financeira e empréstimos com taxas variáveis
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos

a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimos (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração o cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Até um ano	Entre um e cinco anos	Até um ano	Entre um e cinco anos
Fornecedores	362	-	1.130	-
Outras obrigações	1.364	87	772	87

c) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida (caixa líquido), por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	(1.788)	(2.966)
Dívida líquida	(1.788)	(2.966)
Patrimônio líquido	29.519	29.807
Soma do patrimônio líquido e dívida líquida	27.731	26.841
Quociente de alavancagem	-6%	-11%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante (a)	2.136	2.458
Passivo não circulante (b)	219	114
Patrimônio líquido (c)	29.519	29.807
Total (d)	31.874	32.379
Capital de terceiros ((a+b)/d)	7,39%	7,94%
Capital próprio (c/d)	92,61%	92,06%

2.14. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.15. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. A Companhia é optante pelo regime de tributação pelo Lucro Real com apuração trimestral.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros trimestrais que excederem R\$ 60 (sessenta mil reais), enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são registrados integralmente no longo prazo.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto quando o imposto sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

2.16. Ajustes a Valor Presente

O Pronunciamento Técnico CPC 12 (R1) Ajuste a Valor Presentes, estabeleceu que os ativos e passivos de longo prazo, devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas Demonstrações Financeiras. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (*Impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para a data do balanço, foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, foram identificados que alguns valores intangíveis não possuíam mais capacidade de recuperação. Com base nessa análise foram baixados, conforme demonstrado na Nota 8.

2.18. Demonstração do Resultado Abrangente

A Companhia apresenta seu resultado para o período contábil de reporte através da demonstração do resultado do exercício. Os resultados abrangentes incluem mutações do patrimônio líquido, e todos os demais itens de receita e despesa reconhecidos no período não são passíveis de reconhecimento em demonstração do resultado abrangente

2.19. Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa / *IAS 7 Statement of cash flows*.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desse montante, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa / IAS 7 *Statement of cash flows*, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.
Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.22. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício.

Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statement (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após **1º de janeiro de 2026**. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

A Companhia apresenta as normas novas e alteradas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras, em compliance com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Contudo, algumas das normas novas e alteradas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação destas demonstrações financeiras, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião da Administração, exceto pelo IFRS 18, não se esperam impactos materiais nas demonstrações financeiras da entidade.

2.23. Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, com aumento gradual, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A implementação da nova sistemática será gradual, entre 2026 e 2033, e tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário, a redução dos custos de conformidade e o aumento da segurança jurídica, com efeitos positivos esperados sobre a produtividade e o ambiente de negócios no longo prazo.

No curto prazo, os impactos concentram-se principalmente no âmbito operacional e tecnológico, com a necessidade de adequações em sistemas, processos, cadastros e controles internos, inclusive em função de novos mecanismos de arrecadação, como o recolhimento automático dos tributos sobre o consumo.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração acompanha a evolução da regulamentação e a publicação das normas complementares pelos órgãos competentes. Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, conclui-se que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo os efeitos imediatos restritos, essencialmente, à adaptação operacional e tecnológica ao novo modelo tributário.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Julgamento

Tributos sobre o lucro (nota explicativa 17)

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliações de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema e, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, a Companhia obtém, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da metodologia de cálculo do referido benefício.

Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus consultores tributários, a Companhia entende que as chances de êxito, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais, são positivas. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos sobre o Lucro / IAS 12 *Income Taxes* e interpretações relacionadas (ICPC 22/ IFRIC 23), não há qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto.

b) Perdas por desastres naturais (enchentes)

Em maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por eventos climáticos extremos, incluindo inundações e deslizamentos de terra. Essas condições adversas foram causadas por chivas intensas que excederam as médias históricas, resultando em danos substanciais à infraestrutura de diversas regiões.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia foi diretamente atingida, em toda a área de Concessão, tanto o Trecho 01 da Orla quanto no Parque Harmonia e sua área anexa. Esses impactos geraram severos prejuízos à Companhia. O Parque Harmonia ficou abaixo da água por quase 30 dias, atingindo toda estrutura já existente e em execução. Vale Ressaltar que a cota de inundação prevista no contrato foi superada, ultrapassando todas as previsões e premissas estabelecidas no contrato.

O Trecho 01 da Orla do Gasômetro, além de ser severamente atingido no nível Guaíba, sofreu danos à estrutura do nível da Edvaldo Pereira Paiva em função de sediar um dos principais pontos de resgate à população.

O Parque Harmonia foi restabelecido em tempo recorde, para poder atender seu Caderno de Encargos e receber o maior evento cultural do Estado o Acampamento Farroupilha e o Trecho 01 segue pendente do andamento do Pedido de reequilíbrio de contrato visto a incapacidade financeira.

Os impactos financeiros identificados pela Companhia estão devidamente detalhados nas notas explicativas de Investimentos (Nota 7) e Ativo Imobilizado (Nota 8).

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa está composta da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2	-
Bancos conta corrente	2	3
Aplicações de liquidez imediata	1.784	2.963
Total	1.788	2.966

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em caixa. Os rendimentos são pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Referidas aplicações financeiras estão disponíveis para resgate a qualquer momento, sem prejuízo aos rendimentos auferidos no fim de cada período.

5. Contas a receber de clientes

Referem-se as vendas a prazo com valores efetivamente faturados. São reconhecidos pelo valor da transação, obedecendo o regime de competência.

A seguir, demonstraremos a composição do saldo de contas a receber de clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes nacionais	1.391	1.276
Verbas a receber	230	-
Alugueis a receber	202	-
Total	1.823	1.276
Circulante	1.823	1.276
Não circulante	-	-

6. Depósitos judiciais

A Companhia ingressou com processo que visa obter os benefícios decorrentes do enquadramento no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei n.º 14.148/2021, buscando reconhecimento ao referido Programa, ao efeito de que se reconheça o direito de reduzir a 0% (zero por cento) as alíquotas de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL, tudo nos termos da legislação referida.

A Companhia seguindo o princípio da prudência, optou por constituir depósitos judiciais até que obtenha êxito na demanda em curso. Em 31 de dezembro de 2025 o montante relativo à operação de depósitos judiciais, está assim constituído:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributária	33	455
Cíveis	106	106
Trabalhista	-	13
Total	139	574

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	574	455
Depósitos judiciais efetuados	44	119
Tributários	44	-
Cíveis	-	106
Trabalhista	-	13
Depósitos judiciais levantados	(479)	-
Tributários	(455)	-
Trabalhista	(24)	-
Em 31 de dezembro	139	574

Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia foi autorizada pela Receita Federal a proceder ao levantamento dos depósitos judiciais relativos ao PIS e COFINS do período de apuração de julho a dezembro de 2022. A autorização foi concedida após a análise e validação dos demonstrativos e documentação apresentados, em conformidade com a decisão judicial, que determinou a segregação e comprovação das bases de cálculo. Após a auditoria e verificação dos cálculos, a equipe responsável não apresentou objeções ao levantamento dos valores, reconhecendo o direito da Companhia de acessar os depósitos realizados durante o referido período.

7. Investimentos

A composição do saldo registrado para a rubrica de investimentos está atrelada aos projetos de revitalização da Orla do Guaíba e investimentos no Parque Harmonia, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Casa do gaúcho	81	-
Mall Harmonia	-	17.029
Total	81	17.029

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 01 janeiro	17.029	14.512
Investimentos	983	18.023
Reclassificações	(17.931)	(14.512)
Perdas por desastres naturais (enchentes)	-	(994)
Em 31 de dezembro	81	17.029

No ano de 2024, a Companhia mantinha um saldo de R\$ 17.029 (dezessete milhões e vinte e nove mil reais) referente aos investimentos em infraestruturas (Mall Harmonia), a partir da conclusão do projeto, estes investimentos foram transferidos e passaram a incorporar o ativo imobilizado da Companhia conforme divulgado na nota explicativa de Ativos Imobilizados (Nota 8).

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos imobilizados e ativos intangíveis

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada. No exercício de 2024 foram realizadas baixas por perdas decorrentes de desastres naturais (enchentes). A depreciação ou amortização dos ativos são calculadas pelo método linear com base na expectativa da vida útil.

	Infraestrutura	Máquinas e equipamentos	Estruturas Modulares	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Outros ativos	Total
<u>Custo</u>							
Saldo em 31/12/2023	-	75	535	24	5	-	639
Adições	-	-	-	56	5	5	66
Perdas por desastres naturais (enchentes)	(4.650)	(75)	-	-	-	-	(4.725)
Reclassificações	14.512	-	-	20	-	-	14.532
Saldo em 31/12/2024	9.862	-	535	100	10	5	10.512
Reclassificações	17.931	-	-	-	-	-	17.931
Saldo em 31/12/2025	27.793	-	535	100	10	5	28.443
<u>Depreciação</u>							
Saldo em 31/12/2023	-	(33)	(43)	(1)	-	-	(77)
Depreciação	(394)	(10)	(54)	(10)	(2)	(1)	(471)
Baixa depreciação	-	43	-	-	-	-	43
Saldo em 31/12/2024	(394)	-	(97)	(11)	(2)	(1)	(505)
Depreciação	(754)	-	(53)	(14)	(2)	(1)	(824)
Saldo em 31/12/2025	(1.148)	-	(150)	(25)	(4)	(2)	(1.329)
<u>Valor Residual</u>							
Saldo em 31/12/2023	-	42	492	23	5	-	562
Saldo em 31/12/2024	9.468	-	438	89	8	4	10.007
Saldo em 31/12/2025	26.645	-	385	75	6	3	27.114

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024, a Companhia registrou uma baixa no valor de R\$ 4.650 no imobilizado, referente às perdas sofridas por ativos afetados pelos eventos climáticos. Essa baixa foi reconhecida conforme os critérios contábeis estabelecidos detalhados na nota explicativa sobre os efeitos climáticos.

Intangível

Os bens do ativo intangível são registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

	Marcas, direitos e patentes
<u>Custo</u>	
Saldo em 31/12/2023	2.901
Baixas	(2.700)
Saldo em 31/12/2024	201
Adições	-
Saldo em 31/12/2025	201
<u>Depreciação</u>	
Saldo em 31/12/2023	(84)
Amortização	(86)
Baixa amortização	147
Saldo em 31/12/2024	(23)
Amortização	(6)
Saldo em 31/12/2025	(29)
<u>Valor Residual</u>	
Saldo em 31/12/2023	2.817
Saldo em 31/12/2024	178
Saldo em 31/12/2025	172

9. Fornecedores

Os saldos dos fornecedores estão demonstrados pelos valores originais de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos fornecedores.

Incluem-se no saldo de fornecedores de matérias para aplicações nos investimentos, materiais de uso e consumo e imobilizado.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	362	1.124
Partes relacionadas (Nota 12)	-	6
Total	362	1.130
Circulante	362	1.130
Não circulante	-	-

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais são compostas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins a recolher	269	11
ISS a recolher	49	16
Pis e Cofins PERSE	44	464
Impostos retidos a recolher	7	41
Total	369	532
Circulante	369	532
Não circulante	-	-

A Companhia ingressou com processo que visa obter os benefícios decorrentes do enquadramento no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei n.º 14.148/2021, buscando reconhecimento ao referido Programa, ao efeito de que se reconheça o direito de reduzir a 0% (zero por cento) as alíquotas de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL, tudo nos termos da legislação referida.

Em 27 de fevereiro de 2025, a Companhia foi autorizada pela Receita Federal a proceder ao levantamento dos depósitos judiciais relativos ao PIS e COFINS do período de apuração de julho a dezembro de 2022. A autorização foi concedida após a análise e validação dos demonstrativos e documentação apresentados, em conformidade com a decisão judicial, que determinou a segregação e comprovação das bases de cálculo. Após a auditoria e verificação dos cálculos, a equipe responsável não apresentou objeções ao levantamento dos valores, reconhecendo o direito da Companhia de acessar os depósitos realizados durante o referido período (Nota 6).

11. Outras obrigações

Composição de outras obrigações:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações da concessão	1.024	616
Lei de Incentivo à Cultura	318	-
Caução de aluguéis	109	243
Total	1.451	859
Circulante	1.364	772
Não circulante	87	87

Obrigações com concessão

Em razão da concessão, a Companhia pagará junto à Prefeitura de Porto Alegre a obrigação chamada "outorga variável", a qual será destinada diretamente ao Fundo Pró Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre (FUNPROAMB), instituído pela Lei nº 6.628, de 4 de julho de 1990.

A outorga variável corresponde ao valor de 1,5% da receita bruta da Companhia apurada no período, é devida a partir do primeiro exercício da aprovação do Plano Operacional até o final da concessão.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, o cálculo proposto pelo Poder Cedente corresponde a fórmula abaixo:

$$(1,5\% + (1,5\% \times d) \times Rob)$$

d = fator de desempenho

Rob = receita operacional bruta

Ou seja, será acrescido 1,5% de acordo com o resultado da Companhia no fator de desempenho (d) que pode variar de 0 a 1. A Companhia seguindo o princípio da prudência, optou por considerar o fator de desempenho 0,607 (0,5 em 2024), gerando em um percentual de 2,41% da receita bruta.

12. Partes relacionadas

A Companhia possui operações com partes relacionadas dentro de suas atividades normais, realizadas em condições acordadas entre as partes.

Saldos ativos classificados nas rubricas de outros créditos, os saldos passivos são classificados nas rubricas de fornecedores, outras obrigações e patrimônio líquido e estão demonstrados abaixo:

	31/12/2025		
	3M Participações Ltda	Deboni Participações Ltda	Total
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	1.027	31.909	32.936
Total Patrimônio líquido	1.027	31.909	32.936
% Participação capital social integralizado	3,12%	96,88%	100,00%

	31/12/2024			
	3M Participações Ltda.	Deboni Participações Ltda.	Efexis Marketing e Eventos Ltda.	Total
Passivos				
Contas a pagar (Nota 9)	-	-	6	6
Total de passivos	-	-	6	6
Patrimônio líquido				
Capital social subscrito	1.027	27.934	3.975	32.936
Total Patrimônio líquido	1.027	27.934	3.975	32.936
% Participação capital social integralizado	3,12%	84,81%	12,07%	100,00%

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

Composição da receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com prestação de serviços	11.501	7.808
Receitas de aluguéis	5.331	5.119
Receitas de vendas de mercadorias	70	-
Receitas de patrocínios	50	-
Receita bruta	16.952	12.927
Tributos sobre serviços	(1.708)	(270)
Cancelamentos e devoluções	(868)	(64)
Deduções da receita bruta	(2.576)	(334)
Receita operacional líquida	14.376	12.593

14. Custo e despesas por função e natureza

Demonstrativo dos custos e despesas por função e natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Por função	(15.641)	(13.289)
Custos operacionais	(12.734)	(9.356)
Despesas administrativas	(3.499)	(2.492)
Despesas com pessoal	(222)	(230)
Outras receitas e despesa	814	(1.211)
Por natureza	(15.641)	(13.289)
Custo com realização de eventos	(9.390)	(6.525)
Serviço de terceiros	(3.153)	(2.931)
Custos com prestação de serviços	(1.447)	(675)
Depreciação e amortização	(825)	(484)
Despesas com obrigações da concessão	(407)	(361)
Outras despesas administrativas	(219)	(335)
Manutenções diversas	(278)	(195)
Despesas com pessoal	(267)	(273)
Água e Energia	(253)	(143)
Seguros	(216)	(150)
Custos com execução de obras	(196)	(80)
Provisões para litígios	(105)	(27)
Custo das mercadorias vendidas	(29)	-
Despesas tributárias	(28)	(42)
Indenização por sinistros	1.172	4.000
Indenizações recebidas	-	610
Perdas por desastres naturais (enchentes)	-	(5.678)

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

Composição do resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Atualizações monetárias	120	-
Rendimentos aplicação financeira	99	54
Juros ativos	47	10
Descontos obtidos	-	2
Receitas financeiras	266	66
Despesas bancárias	(96)	(3)
Descontos concedidos	(72)	-
Juros passivos	-	(10)
Despesas financeiras	(168)	(13)
Resultado financeiro	98	53

16. Provisões para litígios

Com base na natureza das ações nas quais está envolvida e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, avaliados no montante de R\$ 1.522 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2025. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 Provisões, Passivos Contingentes Ativos Contingentes / IAS 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*.

As provisões para litígios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências relevantes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico, além da opinião dos advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes com probabilidade de perda consideradas prováveis totalizavam o montante de R\$ 132 (cento e trinta e dois mil), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Litígios	132	27
Provisão para Litígios	132	27

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no período de apuração.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal está demonstrada a seguir

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(1.167)	(643)
<u>Adições</u>		
Provisões	(105)	(27)
Despesas não dedutíveis	-	-
<u>Exclusões</u>		
Reversão de provisão	-	-
Prejuízo real	(1.272)	(670)
(-) Compensação	-	-
Base de cálculo do imposto	(1.272)	(670)
Alíquota vigente	24%	24%
Adicional de impostos sobre lucro excedente	10%	10%
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Benefício PERSE*	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

*A Companhia usufrui dos benefícios do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148/2021, que reduz a 0% (zero por cento) as alíquotas de IRPJ e CSLL.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 32.936 (trinta e dois milhões novecentos e trinta e seis mil reais), divididos em 32.936 (trinta e dois milhões novecentos e trinta e seis mil reais) ações ordinárias.

Prejuízos acumulados

Composto pelos lucros ou prejuízos acumulados, os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 3.418 (três milhões quatrocentos e dezoito mil reais) em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 3.129 (três milhões cento e vinte e nove mil reais) em 31 de dezembro de 2024.

GAM3 PARKS SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Autorização para a conclusão das demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2026, a administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras da **GAM3 Parks SPE S.A.**

Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2025.

Porto Alegre - RS, 31 de dezembro de 2025.

Carla Deboni
Diretora
CPF: 008.146.560-21

Patricia Arruda
Contadora
CRC/RS: 065.975/O-4